

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



Denise Pereira
(Organizadora)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes editoriais

Natalia Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

História: espaços, poder, cultura e sociedade

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadora: Denise Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História: espaços, poder, cultura e sociedade / Organizadora Denise Pereira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-438-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.389212608>

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Título.
CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

O e-book “*História: Espaços, poder, cultura e sociedade*” proporciona um olhar diferenciado ao campo da História. Perguntas recorrentes anteriormente como, a História é um campo com especialidades bem demarcadas ou, ao contrário, é tão múltipla que permite infinitas possibilidades de estudo da sociedade? Tais como olhar a história sob a ótica de espaços de poder e da diversidade cultural dentro de uma sociedade global.

A sociedade que se delimita através dos enfoques e das interpretações do historiador, e que pressupões a perspectiva a partir da qual eles são traçados, sem que haja distinção relevante entre o campo específico do conhecimento que se constitui e o sujeito que conhece. Concebida assim, a partir dessa definição do campo social, a sociedade, que se pretende investigar pela ótica da historiografia, pressupões a especificidade do jogo de relações e posições que conduzem à configuração política e cultural, inscrita na experiência dos sujeitos, incluindo a dos próprios pesquisadores.

Ao mesmo tempo devemos compreender, que por meio de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade globalizada ampliou-se as facilidades de comunicação e, conseqüentemente, a transmissão dos valores culturais, transformações das configurações da economia, da política, da educação, principalmente dos percursos da história.

Ao apresentar métodos, aportes teóricos, objetos de estudo privilegiados e fontes históricas utilizadas evita-se delimitar o campo, mas propicia discutir as interconexões existentes entre as diferentes pesquisas divulgadas. Ao mesmo tempo, busca esclarecer as conexões possíveis entre História com outros campos do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Geografia, Política, Educação, Religião, Literatura, Museologia, Arquitetura e Arte. Estudar a sociedade por essa multiplicidade de perspectivas nos leva a constatar que a História é, cada vez mais, um exercício democrático que deve continuar ocupando o centro dos debates atuais.

Espero que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura!

Denise Pereira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

UMA REFLEXÃO SOBRE AS FACES DO TRABALHO NA AMAZÔNIA E SEUS SIGNIFICADOS NO CONTEXTO DOS BOIS-BUMBÁS DE PARINTINS

Deilson do Carmo Trindade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126081>

CAPÍTULO 2..... 14

DESIGNAÇÃO ELETIVA E CARREIRAS POLÍTICO-RELIGIOSAS NO PRIMEIRO REINADO

Joelma Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126082>

CAPÍTULO 3..... 23

SÃO PAULO – UMA CIDADE NO PROCESSO DE SEGREGAÇÃO SOCIOCULTURAL E URBANÍSTICO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Robson Roberto da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126083>

CAPÍTULO 4..... 37

INHOTIM: UM RETRATO NA PAREDE?

Webert Fernandes de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126084>

CAPÍTULO 5..... 51

ANÁLISIS ESPACIO TEMPORAL DE CAMBIOS DE USO Y COBERTURA DE LA TIERRA EN LA CIUDAD DE MOQUEGUA Y EL PUEBLO DE SAMEGUA DE 1955 Y 2018

Osmar Cuentas Toledo

Maryluz Cuentas Toledo

Marco Alexis Vera Zúñiga

Maribel Pacheco Centeno

Bedoya Justo Edgar Virgilio

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126085>

CAPÍTULO 6..... 64

O ESPORTE E AS NARRATIVAS SOBRE A NAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÔNICAS ESPORTIVAS DE JUCA KFOURI

Euclides de Freitas Couto

Alan Castellano Valente

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126086>

CAPÍTULO 7..... 76

“ZUMBI” PARA A GESTÃO DA FUNDAÇÃO PALMARES NO GOVERNO BOLSONARO

Andréia de Fátima de Souza Dembiski

Lucas Guerra da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126087>

CAPÍTULO 8..... 87

FUTEBOL E RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS COLETIVOS DE TORCEDORES NA RESSIGNIFICAÇÃO DOS MODOS DE TORCER (2013-2018)

Guilherme Pontes Silveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126088>

CAPÍTULO 9..... 100

LIMBO BRASILEIRO: A CRIAÇÃO DA IMAGEM DAS *ESCOLAS PRÁTICAS DE AGRICULTURA* PELO *CORREIO PAULISTANO*

Nicole Naomi Handa Nomura

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3892126089>

CAPÍTULO 10..... 107

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E O MUSEU: A ARTICULAÇÃO ENTRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Cristiane Bartz de Ávila

Ângela Mara Bento Ribeiro

Maria de Fátima Bento Ribeiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260810>

CAPÍTULO 11..... 118

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Luana da Silva Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260811>

CAPÍTULO 12..... 134

MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E IDENTIDADE NOS QUILOMBOS DO RIO ANDIRÁ, FRONTEIRA AMAZONAS PARÁ

João Marinho da Rocha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260812>

CAPÍTULO 13..... 149

FAO: EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL NA AMÉRICA LATINA

Dayane Santos Silva

Lucas Santos Macedo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260813>

CAPÍTULO 14..... 158

OS TENTÁCULOS DO CAPITAL E OS SENTIDOS DA CIDADE: URBANIZAÇÃO, TRABALHO E FUTEBOL NA CIDADE DE SANTOS (1892 – 1920)

André Luiz Rodrigues Carreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260814>

CAPÍTULO 15..... 176

ENSINO DE HISTÓRIA E EMANCIPAÇÃO HUMANA: CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A ESCOLA PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

João Carlos da Silva
Elisângela Batista

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260815>

CAPÍTULO 16..... 189

A FORMAÇÃO PARA A CIDADANIA NOS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS TÉCNICAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DA CLASSE TRABALHADORA

Cláudia Maria Bernava Aguillar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260816>

CAPÍTULO 17..... 203

PRÁTICA DOCENTE: O BLOG COMO RECURSO PEDAGÓGICO PARA ENSINAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Suellen de Souza Lemonje

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260817>

CAPÍTULO 18..... 216

MONTESQUIEU, BENJAMIN CONSTANT, TOCQUEVILLE E ALGUNS PROBLEMAS DO MUNDO MODERNO

Marco Antonio Barroso

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260818>

CAPÍTULO 19..... 227

FAUNA E FLORA FANTÁSTICA NA FRANÇA ANTÁRTICA (1555-1560)

Felipe Santos Deveza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260819>

CAPÍTULO 20..... 250

ESPAÇO E LINGUAGEM: CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS DE GERMINAL NO ESTUDO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

Rodrigo Janoni Carvalho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260820>

CAPÍTULO 21..... 259

AS CÂMARAS MUNICIPAIS DA CAPITANIA DE MATO GROSSO: ETIQUETA, HONRA E PRESTÍGIO

Gilian Evaristo França Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260821>

CAPÍTULO 22.....	272
O NEGRO NO LIVRO “HISTÓRIA DO PARÁ”, DE BENEDICTO MONTEIRO (2006) Amanda Martins Olegário  https://doi.org/10.22533/at.ed.38921260822	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	281
ÍNDICE REMISSIVO.....	282

CAPÍTULO 11

PATRIMÔNIO CULTURAL E SEGUNDA ESCRAVIDÃO: HISTÓRIA E MEMÓRIA DO VALE DO CAFÉ

Data de aceite: 24/08/2021

Data de submissão: 04/06/2021

Luana da Silva Oliveira

Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Centro Universitário Geraldo Di Biase, Instituto de Educação e Desenvolvimento
Volta Redonda - RJ
<http://lattes.cnpq.br/5715121592559360>

RESUMO: O conceito de *segunda escravidão* e a bibliografia a ele relacionada abordam a discussão sobre a centralidade do Vale do Paraíba e sua conexão com a expansão do capitalismo industrial em escala atlântica. Desse modo, o artigo apresenta um estudo sobre o patrimônio cultural da região em questão através da associação do conceito de segunda escravidão e a configuração da região do Vale do Paraíba escravista e cafeeiro com a evidência de que esse período de cultivo do café deixou fortes traços culturais, a saber: arquitetônicos, artísticos, gastronômicos e manifestações culturais, tanto eruditas como populares. Com o objetivo de relacionar a memória dessa época através de um levantamento dos patrimônios culturais, materiais e imateriais, que configuram sua trajetória de apogeu e crise, auge e decadência. Assim, por meio de uma análise comparativa de bens culturais das duas dimensões, buscamos evidenciar a relação dialética da construção identitária dos patrimônios culturais do Vale do Café através de um estudo de caso sobre o

município de Barra do Pirai.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural, segunda escravidão, Vale do Café.

CULTURAL HERITAGE AND SECOND SLAVERY: HISTORY AND MEMORY OF VALE DO CAFÉ

ABSTRACT: The concept of second slavery and the bibliography related to it address the discussion about the centrality of the Paraíba Valley and its connection with the expansion of industrial capitalism on an Atlantic scale. Thus, the article presents a study on the cultural heritage of the region in question through the association of the concept of second slavery and the configuration of the slavery and coffee producer Vale do Paraíba region with the evidence that this period of coffee cultivation left strong traces cultural, namely: architectural, artistic, gastronomic and cultural manifestations, both erudite and popular. Aiming to relate the memory of that time through a survey of material and immaterial cultural heritages which configure its trajectory of peak and crisis, peak and decay. Thus, through a comparative analysis of cultural assets from both dimensions, we seek to highlight the dialectical relationship of the identity construction of cultural heritage in Vale do Café through a case study on the municipality of Barra do Pirai.

KEYWORDS: Cultural heritage, second slavery, Vale do Café.

1 | INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste artigo é tecer uma breve articulação da construção do Império

do Brasil com a perspectiva regional do Vale do Paraíba Fluminense a partir da proposta de realizar um estudo de caso sobre o município de Barra do Piraí. Associar o conjunto de bens culturais do patrimônio material, por meio de uma análise do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, com o patrimônio imaterial, através de pesquisa realizada para dissertação de mestrado sobre o jongo/caxambu, manifestação cultural de matriz africana que relaciona importante parte do passado escravista na região Sudeste.

Para tanto, buscamos situar como o conceito de segunda escravidão, categoria originalmente elaborada por Dale Tomich, vem se evidenciando como possibilidade de novas perspectivas para os estudos de escravidão. A partir dessa vertente historiográfica, a escravidão não é mais tratada como uma entidade abstrata e separada da conjuntura e do contexto da qual fazia parte. Por isso, é esclarecida a necessidade de sua ligação com a expansão do capitalismo no século XIX, uma vez que está diretamente relacionada à época de expansão do mercado mundial sob a primazia da Grã-Bretanha e ao marco da Revolução Industrial. (TOMICH, 2011)

O historiador Dale Tomich no livro *Pelo Prisma da Escravidão. Trabalho, Capital e Economia Mundial* fornece uma base argumentativa pautada nesse “conceito-chave”. Defende a ideia de que entre os séculos XVI e XIX a escravidão não foi sempre a mesma e que um conjunto de transformações relacionadas a uma nova configuração do cenário internacional e do mercado mundial, influenciou diretamente áreas específicas de escravidão colonial. Um grande desequilíbrio na demanda de determinados produtos industrializados e agrícolas levou ao declínio de determinadas áreas e à expansão de outras.

Para Tomich, o aumento da procura e interesse por produtos como açúcar, café e algodão explica a expansão da escravidão em Cuba, no Brasil e no Sul dos Estados Unidos. Assim, o sistema escravista do oitocentos foi transformado por “novas” forças políticas e econômicas, o que incluiu essas localidades à lógica de integração da produção industrial. O autor rompe com a ideia da inevitabilidade da abolição pelo avanço das questões morais e pelo desenvolvimento do capitalismo industrial, defende que a segunda escravidão se constituiu exatamente no desenvolvimento do mercado mundial do século XIX sob a hegemonia britânica.

Enfatiza a necessidade de se repensar as lutas escravas, assim como as noções estereotipadas de *liberdade, trabalho livre, liberalismo, capitalismo e escravidão*. (TOMICH, 2011, p.37) Como síntese da proposição do que sustenta o conceito de segunda escravidão e argumentação de Tomich, citamos dois de seus principais correspondentes brasileiros, Marquese e Salles: “Trata-se, neste momento, de buscar análises que se voltem para as conexões, os nexos, e as contradições que compõem estes objetos enquanto totalidades estruturadas, ou parte delas, produzidas pelas ações humanas ao mesmo tempo em que as condicionam.”(MARQUESE e SALLES, 2016) Análises que considerem o diálogo da escravidão do oitocentos com a ideia de modernidade e liberalismo, fatores que consolidavam a formação do Estado nacional.

No mesmo sentido de uma revisão conceitual e historiográfica da escravidão, a questão patrimonial vem se destacando enquanto uma questão política atual, que envolve uma discussão maior sobre a identidade nacional e a diversidade cultural, sendo uma discussão historicamente construída. As delimitações que hoje conhecemos nos diferentes universos do patrimônio cultural resultam de processos de transformação que continuam em mudança, não sendo naturais e sim forjados.

Há assim, dentro desse campo uma tensão que, segundo Maria Cecília Londres Fonseca, tem ocupado tradicionalmente a questão sociológica: entre o universal e o particular, entre o público e o privado, entre tradição e modernidade, entre cultura e política, entre Estado e sociedade. O que faz com que a autora entenda que a política de preservação seja uma prática bem mais ampla que um conjunto de atividades visando à proteção material de alguns bens. (FONSECA, 2005, p.28)

No mundo globalizado, fica evidente a existência de uma ligação entre as noções de patrimônio e nação, suas mudanças acontecem concomitantemente, e suas ampliações são um efeito da inserção dos países em uma comunidade internacional. Da mesma forma que o patrimônio cultural, a nação também foi redefinida, incluindo agora, o intercâmbio de culturas:

O que concebemos como tal já não é unicamente o conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade. A população originária se alimenta, se informa e se entretém com muitos bens e mensagens procedentes do estrangeiro, os quais, porém, vimos incorporando à nossa vida cotidiana. (CANCLINI, 1994, p.95)

Então, abordar os conceitos de segunda escravidão e patrimônio cultural, como componentes de um novo contexto em que passamos a falar em intercâmbio de culturas, direitos culturais e de memória, a partir da análise da configuração histórica de bens culturais do Vale do Paraíba cafeeiro e escravista, é retratar conexões e traçar um processo marcado por rupturas e continuidades. Tal processo é marcado pela consolidação do Império brasileiro, a expansão do cultivo do café no Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica de uma classe senhorial formadora por uma hierarquia social pautada na propriedade de terras, escravos e títulos de nobreza.

Mariana Muaze¹ destaca que “a expansão do café pelo Vale do Paraíba se confunde com a história da expansão da própria classe senhorial no Império”. (MUAZE, 2010, p.293) Dessa expansão origina-se a construção de imponentes casas, a valorização do luxo e de determinados hábitos e valores que vão nortear as relações sociais, políticas e econômicas da vida na região. É exatamente dessa conjuntura que:

No interior desse reduzido grupo, muitos foram os casos das fortunas que se expandiram no rastro do café. Como forma de ostentá-las e de gozar de um estilo de vida próprio à sua classe, algumas famílias ergueram imponentes

1 Texto publicado no Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>.

casas de vivenda em suas terras e agregaram valor ao complexo cafeeiro de suas imensas fazendas. (MUAZE, 2010, p.318)

Esse complexo cafeeiro formado por diversas fazendas configura na atualidade um patrimônio cultural da região em questão. As casas e a estrutura das fazendas, enquanto herança de um passado de destaque na trajetória nacional proporcionam a continuidade de diálogos e inúmeros questionamentos sobre a construção histórica da identidade regional a partir do período de ascensão da produção do café. Assimilamos então, por meio da proposição de Muaze no texto *O Vale do Paraíba Fluminense e a dinâmica imperial*, a incorporação da discussão oriunda da expressão “mundos de fazenda”:

“mundos de fazenda” deve ser trabalhada de forma alargada a fim de problematizar não somente a diversidade da cultura material, construções, lugares de morada e ambiente natural que existiram nesses espaços, mas também as múltiplas relações de trabalho, formas de vida e experiências sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos no interior das grandes propriedades cafeeiras. Tal tarefa é ambiciosa e não foi o objetivo esgotá-la no limite das linhas que compõem este texto. Ela envolve a busca de outras fontes históricas e teórico-metodológicas que ajudem a compreender melhor não só a história do Vale do Paraíba fluminense, mas o próprio Império do Brasil. Fica aqui um primeiro esforço de análise, além do convite aos interessados em pesquisar a região. (MUAZE, 2010, p.294)

De acordo com o objetivo do trabalho, abordamos a categoria dentro da perspectiva das formas de vida e experiências sociais, analisando a configuração atual dos patrimônios culturais do Vale do Café a partir de um estudo de caso sobre o município de Barra do Piraí.

2 I PATRIMÔNIO CULTURAL, VALE DO PARAÍBA E BARRA DO PIRAÍ: O JONGO/CAXAMBU E AS FAZENDAS DE CAFÉ

É relevante ressaltar que a divisão do conjunto de bens culturais patrimoniais considerados aqui como patrimônios materiais e imateriais está relacionada a uma *memória histórica* formalizada no processo de institucionalização oficial do patrimônio cultural no Brasil:

Talvez a opção pela perpetuação da memória histórica que estabelece uma linha de continuidade dos anos 30 até hoje, por meio da atualização do mito fundador de Mário de Andrade, venha obscurecendo os antagonismos e dificultando a percepção das diferentes apropriações da noção de patrimônio cultural presentes na atualidade, assim como a proposição de projetos que articulem efetivamente uma noção integradora do patrimônio cultural. (CHUVA, 2011, p.162)

Nesse sentido, a divisão entre patrimônio material e imaterial nos guiará num propósito crítico de avaliação das políticas e das ações das agências de preservação:

A divisão entre patrimônio material e imaterial é, conceitualmente, enganosa, posto que qualquer intervenção na materialidade de um bem cultural provocará modificações na sua imaterialidade. Além disso, essa divisão artificial implica

uma política institucional que promove uma distribuição desigual de recursos.
(CHUVA, 2011, p.162)

Consideramos então, a necessidade de desconstrução e a problematização da noção de patrimônio cultural por meio da discussão da artificial e enganosa divisão entre patrimônio material e imaterial. Ressaltamos, então, a relevante proposta de construção da noção de patrimônio cultural integral.

Assim, buscamos através de um estudo comparativo de bens culturais das duas dimensões, evidenciar a relação dialética da construção identitária dos patrimônios culturais do Vale do Café através de um estudo sobre o município de Barra do Piraí. A cidade situa-se na região Sul Fluminense, onde estão localizadas fazendas históricas do Vale do Paraíba, que se consolidaram em meados do século XIX, com a emergência do período do café.

No cruzamento dos limites territoriais dos municípios de Piraí, Vassouras e Valença, devido à presença de duas importantes redes ferroviárias, a Estrada de Ferro Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação, formou-se um destacado centro comercial que ganhava cada vez mais importância. Esse centro, localizado às margens do encontro dos rios Paraíba do Sul e Piraí, era formado pelos povoados de São Benedito e Nossa Senhora Sant'Anna, e acabou se tornando um município a partir da grande influência da família Pereira do Faro e seus barões, II e III Barão do Rio Bonito. O município de Barra do Piraí foi a primeira cidade emancipada no regime republicano, sua emancipação se deu em 10 de março de 1890.

Como foi dito, a localidade já se destacava por sua atividade comercial e com a abolição dos escravos, em 1888, tornou-se uma opção de trabalho e de permanência dos libertos na região. Por isso, até hoje Barra do Piraí é um dos municípios com maior população negra do Sul Fluminense. Recebeu libertos de todos os municípios vizinhos que se encontravam falidos devido ao fim da escravidão e ao declínio do café.

Para o estudo proposto, delimitamos como universo de bens culturais materiais as fazendas de café do município em questão listadas no Inventário das Fazendas de Café do Vale do Paraíba Fluminense². O Inventário reúne uma relevante pesquisa sobre a região, de acordo com Muaze: “As informações contidas na minuciosa pesquisa de campo aqui publicada, quando cruzadas com outras fontes históricas, permitem compreender os diferentes “mundos da fazenda” constituídos e experimentados no Vale do Paraíba durante o século XIX.” (MUAZE, 2010, p.293)

O inventário é dividido por áreas que contêm fichas de relatórios técnicos que reúnem: registro fotográfico, levantamento arquitetônico e histórico das fazendas de café. Listamos todas as fazendas e relatórios de Barra do Piraí para, a partir da leitura e apontamento de dados selecionados, produzir uma análise e perfil da situação atual das fazendas do município. Já o universo de bens culturais imateriais é delimitado pela

2 Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense, disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>.

constatação da existência de três grupos de jongo na cidade que trazem como marca uma heterogeneidade na sua formação em relação às origens de seus componentes. O que configura uma situação propícia para a análise de memórias que estão acompanhando a mudança de *status* do jongo, que deixou de ser apenas um *patrimônio familiar* quando recebeu o título de *patrimônio cultural brasileiro*.

A região do Vale do Paraíba tem sua história marcada pelo desenvolvimento cafeeiro que teve seu apogeu em meados do século XIX. O café representou a base da economia brasileira durante o oitocentos, o Brasil exportava noventa por cento do café que o mundo consumia e o Vale do Paraíba produzia noventa por cento do café produzido no Brasil. (MELLO, 2010) Grandes fazendas cafeeicultoras se desenvolveram, e passaram a protagonizar a principal atividade econômica do país. Tratando-se do século XIX, não podemos perder o referencial do Império brasileiro que traz como marca, uma estrutura de sociedade patriarcal, fundamentada pelos valores e modos de vida europeia, principalmente portuguesa, fundamentada numa estrutura hierárquica dominada por uma classe senhorial de base escravista.

A historiadora Mariana Muaze apresenta um estudo bastante esclarecedor sobre a ocupação do Vale do Paraíba e a ascensão política e econômica das famílias pioneiras. Demonstra como o café não foi a única base na qual foram erguidas as fortunas da região, tendo relevância também: “comércio de grosso trato, tráfico de escravos, mineração, cultivo de cana de açúcar e empréstimo de dinheiro a juros – exercidas por muitos patriarcas.” (MUAZE, 2010, p.303) Entretanto, é inegável a importância da exploração do café para a expansão do enriquecimento dos fazendeiros, esse processo foi marcado por uma intensa ocupação do Vale por volta de 1820. A autora pontua dois elementos decisivos para essa ocupação:

para se entender melhor o processo de ocupação do Vale que estamos descrevendo, é preciso que se entenda que o mesmo ocorreu, em primeiro lugar, num cenário de acirrada acumulação de terras e escravos por parte dos grandes proprietários e, em segundo lugar, num momento de crescimento da demanda internacional pelo produto, um dos fatores importantes para que a região se tornasse o maior polo mundial de produção de café e a rubiácea o principal gênero das exportações brasileiras. (MUAZE, 2010, p.316)

Este momento de crescimento da demanda internacional pela exportação do café trouxe mudanças fundamentais nas relações sociais, políticas e econômicas do Império brasileiro.

A sociedade imperial tinha sua estrutura ancorada em uma classe senhorial detentora de terras, escravos e prestígios, de acordo com Muaze:

estava em jogo não somente a expansão do empreendimento produtivo através do maior acúmulo de propriedades, mas também a perpetuação da condição de senhor de terras e de escravos. Tal lógica legitimava as diferenças entre senhores, escravo, libertos e referendava a hierarquia no seio da própria classe de proprietários. Para ostentar a posição social conquistada, muitos

desses grandes senhores adquiriam mercês, honrarias e títulos de nobreza, o que justifica a grande quantidade de baronatos na região. (MUAZE, 2010, p.315)

Dessa forma, o domínio e força das famílias das classes dirigentes não estavam limitados à região de plantio do café, suas alianças e rede de negociações chegavam até a corte e influenciavam na política do Império.

Essa influência baseada em uma lógica paternalista fica clara quando analisamos a centralização do Estado nacional e nos deparamos com valores europeizados e a manutenção da escravidão a partir de uma política permissiva e omissa diante à ilegalidade do tráfico de escravos. Uma grande ostentação de riquezas e a construção de suntuosas casas nas fazendas são observadas na legitimação da posição ocupada por algumas famílias que constroem imensas residências luxuosas que alteram o cenário e valorização da região: “Nesse processo, a fazenda não será mais vista somente como um lugar de trabalho e produção, mas também de moradia e representação. Seu senhor passava de simples agricultor escravista para membro da base social do novo Império.” (MUAZE, 2010, p.321)

Por estes referenciais conjunturais da produção cafeeira do século XIX que compreende uma nova lógica de relações e envolve um contexto externo pautado na hegemonia inglesa, no desenvolvimento do capitalismo e do ideal liberal, emerge a importância destacada por Marquese e Salles de “considerar a escravidão oitocentista brasileira como uma nova escravidão”. (MARQUESE e SALLES, 2016) Os autores tecem uma minuciosa e abrangente revisão historiográfica dos estudos de escravidão numa perspectiva crítica na intenção de resgatar pressupostos que articulam o sistema escravista brasileiro do século XIX com o cenário econômico mundial. Defendem assim, a ideia de segunda escravidão:

Essa nova escravidão – a “segunda escravidão” – teve seu polo dinâmico e estruturador na grande propriedade rural produtora de commodities para o mercado mundial capitalista em expansão. Portanto, tratou-se de um sistema travejado pela plantation. A maioria das atividades voltadas para o mercado interno, realizadas em grandes, pequenas ou médias posses de escravos, girava em torno de núcleos exportadores, isto é, visavam atender às necessidades de um mercado interno definido pela dinâmica dos setores exportadores. Esse foi o caso clássico da região cafeeicultora da bacia do rio Paraíba do Sul. (MARQUESE e SALLES, 2016, p. 130)

A base da civilização imperial é o escravismo e o caráter de mercadoria presente no escravo configura uma escravidão moderna fundamentada nas condições internas e no contexto internacional de expansão do capitalismo.

Assim como a escravidão foi imbuída de características da modernidade, as fazendas de café foram organizadas como empresas agrícolas, tudo era pensado no sentido de otimizar o tempo, aperfeiçoar o trabalho e a produção. O processo de expansão do café foi

tão intenso que os grandes senhores de terras e escravos emprestavam dinheiro a juros para outros fazendeiros, o que fortalecia o aspecto capitalista das negociações.

A economia de livre mercado e o amplo direito de propriedade privada foram incorporadas à escravidão moderna como fator econômico possível e ao mesmo tempo contraditório aos valores e pensamento da época. Salles retoma essa discussão em *E o Vale era o Escravo*, por meio de um diálogo com Ilmar Mattos em *O tempo Saquarema* e com as análises iniciadas em *Nostalgia Imperial*, para explicar a tensão existente entre os políticos do Estado imperial e os proprietários do Vale do Paraíba. O autor relaciona o contexto geral com a dimensão regional e esclarece como a classe senhorial exerceu seu domínio a partir de uma articulação da estrutura do Estado e da região.

Entretanto, o Período do Café na região Sul Fluminense não foi muito extenso, durou apenas cerca de quarenta anos; as plantações foram iniciadas por volta de 1830 e começaram a decair em 1870. Assim, muitas fazendas definharam e a maioria dos fazendeiros passou de uma situação de riqueza para uma situação de empobrecimento. A crise do escravismo estava estabelecida e pontos fracos do domínio senhorial passaram a fortalecer as relações entre os escravos. A intensidade desse período marcou decisivamente a ocupação e desenvolvimento da região. Este passado histórico deixou expressivos patrimônios culturais.

Barra do Pirai apresenta em sua história uma diferença na formação e desenvolvimento, se comparada às outras cidades da mesma região. O diferencial de Barra do Pirai foi a chegada da ferrovia em 1864. As cidades vizinhas que desde o início do século XIX haviam sido ricas e prósperas com suas grandes fazendas cafeeiras e seus poderosos barões se viram paralisadas diante da rápida decadência do café, a crise aconteceu apenas quarenta anos depois do início das plantações.

O território que hoje forma o município era formado por dois simples povoados, o povoado de São Benedito e o povoado de Nossa Senhora Sant'Anna. Os dois povoados eram separados pelo Rio Paraíba do Sul que corta a cidade e se encontra com o Rio Pirai, daí vem o nome do município, do encontro dos rios, a "Barra do Pirai". Os povoados eram ligados pelo transporte fluvial e por uma ponte de madeira que ficou conhecida como "Ponte dos Sete Vinténs", uma vez que era cobrado um pedágio para a travessia pela ponte, tanto por veículo, animal ou pessoa. A construção dessa ponte sob o Rio Pirai, representou uma integração territorial mais concreta para a população. Na margem direita do Paraíba o povoado de São Benedito pertencia à cidade de Pirai com domínio da família Breves, e na margem esquerda o povoado de Nossa Senhora Sant'Ana pertencia à Valença com o domínio da família Faro.

A chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, construída para levar o café do Vale do Paraíba para o Rio de Janeiro, a construção dos ramais para São Paulo e Minas Gerais e a criação da Rede Mineira de Viação fizeram de Barra do Pirai o principal entroncamento ferroviário do país e o centro econômico do Vale do Paraíba. O pacato lugarejo ganhou

movimentação e uma dinâmica comercial, por ali passavam muitos negociantes e a localidade recebia uma nova população trazida pela e para a ferrovia.

Sua emancipação só se deu com a República, pois os políticos de Pirai e Valença usavam da sua influência e poder durante o Império, uma vez que as estradas de ferro davam muito lucro. A cidade só foi elevada a município em 10 de março de 1890, quando recebeu o desmembramento dos municípios vizinhos:

De Valença foi desmembrada a Vila de Sant'Ana, na margem esquerda do Paraíba. De Pirai, a próspera Freguesia de Barra do Pirai, situada à margem direita do Paraíba, e de Vassouras, a Vila dos Mendes, que já possuía nessa época, uma fábrica de papel (CIPEC) e fábrica de fósforos, além de fazendas. Em 1890, Barra do Pirai possuía 4000 habitantes. (MUNIZ e ROTHE, 1997, p.85)

Ao analisar essa trajetória, vemos que esse município não pode ser caracterizado como uma “cidade imperial” ou como “terra de barões” como é o caso de Vassouras e Valença. Barra do Pirai, devido à presença da ferrovia e todo o desenvolvimento que essa trouxe em um curto período para o Brasil, representou “uma curiosa amostra de um Brasil industrializado”, que não existia na época: “nossa cidade teve, com a estrada de ferro, a oportunidade única de servir como uma espécie de laboratório experimental para um novo Brasil que só muito depois surgiria com Getúlio, com o processo de industrialização.” (MELO, 2010, p.4)

A estrada de ferro trouxe para Barra do Pirai muitos imigrantes e formou no município uma população diferenciada. Foi para a população negra, que trabalhou nas lavouras do café e que com a abolição, em 1888, se viu ainda mais desamparada, uma opção de permanência na região do Vale do Paraíba. Esses negros passaram a ocupar as regiões periféricas da cidade, onde ainda hoje encontramos os núcleos jongueiros do município. Esses núcleos são compostos por variadas famílias que se reuniam para fazer o jongo, também chamado de caxambu ou tambu, como forma de diversão, manutenção e transmissão da manifestação cultural. O jongo é uma herança familiar do tempo da escravidão e expressa através do seu canto uma história de resistência e luta.

Por muito tempo o jongo foi reprimido e esteve escondido nos terreiros dos quintais dos morros e áreas periféricas e rurais de Barra do Pirai. A memória dos jongueiros encontra materialidade do passado escravista na presença das fazendas de café na região. As casas de fazenda, as senzalas e a relação dos escravos com os senhores estão presentes nos seus relatos e nos pontos que cantam nas rodas de jongo. Neste estudo, abordamos as fazendas de café de Barra do Pirai através do Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense.

O Inventário compreende um grande banco de dados disponibilizado em publicações encadernadas e em um site pela internet, mantém a possibilidade de atualização e complementação das informações de modo geral. No texto de abertura da segunda edição

referente ao ano de 2010, Maria Regina Pontin de Mattos, Diretora Geral do INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – e Presidente do Conselho Estadual de Tombamento define a publicação:

“Este Inventário consiste de um conjunto de fichas individuais para cada fazenda, elaboradas a partir de um levantamento arquitetônico e fotográfico das mesmas, com textos contendo a descrição física de suas edificações, o registro de sua localização geográfica e um histórico da propriedade. Acompanham o Inventário textos autorais de estudiosos de aspectos relacionados ao tema, que contribuem para a compreensão do processo de desbravamento e ocupação humana e econômica da região. E, também, um Caderno de Conservação Preventiva e Preservação Arquitetônica, baseado em observações feitas in loco sobre os problemas de manutenção recorrentes encontrados nas edificações históricas.”

O projeto que deu origem ao inventário foi iniciado em 2007 e tem como marca a parceria estabelecida entre governo, representado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC; a iniciativa privada a partir do Instituto Light; e o terceiro setor, através do Instituto Cidade Viva.

Na página inicial é explicada a organização e apresentada a iniciativa, para então colocar os objetivos:

Os objetivos do projeto são: o aprofundamento dos estudos relacionados à arquitetura rural fluminense do ciclo do café e de suas estruturas produtivas e sociais; o reconhecimento da sua importância histórica e sócio-econômica na ocupação do território e na conformação da paisagem cultural da região; a divulgação desse conhecimento e do seu potencial como elemento indutor ao fomento do turismo cultural; a disponibilização, neste sítio da Internet, de todo material produzido, das Fichas de Inventário ao Manual de Conservação Preventiva, passando por referências bibliográficas, iconográficas e arquivísticas.³

É possível, então, perceber a amplitude das dimensões abordadas no projeto que abrange a perspectiva de um estudo de preservação através da arquitetura, aspecto privilegiado e um dos focos principais da iniciativa tendo em vista a elaboração de um *Manual de Conservação Preventiva* e da organização das Fichas de Inventário privilegiando a descrição arquitetônica. Entretanto, também estão relacionados, não de forma tão detalhada, mas de forma alternativa e ainda assim relevante, as estruturas produtivas e sociais, tanto que no trecho acima citado há o uso da expressão “paisagem cultural”.

A noção de paisagem cultural, assim como a de referência cultural⁴, é apontada por Márcia Chuva como uma categoria que representa um dos principais avanços no sentido de se ultrapassar a enganadora divisão estabelecida entre patrimônio material e imaterial. Lançada pela Unesco, paisagem cultural introduz destaque para a relação do homem com o meio, principalmente associado à concepção de lugar, o que rompe com a ideia

3 Trecho extraído do site: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>; acessado em 10 de janeiro de 2015.

4 Formulada nos anos de 1970, a noção de referência cultural foi fundamental para a inclusão dos grupos sociais como sujeitos no processo de seleção do patrimônio, ver Chuva (2012).

apenas de patrimônio imaterial e cria um elo próprio para se construir o patrimônio cultural integral. (CHUVA, 2011, p.163) Desse modo, o reconhecimento da importância histórica e socioeconômica está presente no material disponibilizado de variadas formas e destaque a relevante produção configurada e disponibilizada no site por links específicos com textos autorais e referências bibliográficas, iconográficas e arquivísticas.

Entre os objetivos também se destaca a divulgação do conteúdo como elemento fomentador do turismo e a disponibilização via internet, aspectos que agregam visibilidade e a oferta de informação para o público. O parágrafo seguinte do texto da página inicial do site frisa os resultados esperados pelo desenvolvimento do trabalho elencando o seu público alvo: “aos **governos** em todas as instâncias, **pesquisadores, professores, alunos, moradores** e aos **profissionais de planejamento** traçarem planos embasados de desenvolvimento e crescimento desta importante região do estado do Rio de Janeiro.”⁵ O público em questão e a composição variada reunida por ele pode ser associada às relações decorrentes das discussões do campo do patrimônio cultural, as legislações baseadas na noção de diversidade cultural e na formalização de demandas sociais e políticas por um passado e uma memória, pela valorização da história, por direitos de memória⁶ e políticas de reparação.

Nesta conjuntura, a memória aparece como elemento de disputa e articulação de lutas políticas e culturais, por isso o passado e seus usos ganham um destaque por configurarem leituras e legitimarem a criação de regimes e identidades. Nesse sentido, ao mencionar nos objetivos o turismo cultural, o acervo que compõe o Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense evidencia conexões com os usos do passado das antigas fazendas cafeeiras através de seu patrimônio. Este conjunto patrimonial, entendido de forma plural, concebe então, expressões de culturas históricas:

Memórias seletivas e leituras do passado atribuem significados positivos e/ou negativos a períodos, acontecimentos, personagens, obras, etc. Tais leituras e enquadramentos de memórias permitem associar uma dada cultura política a uma determinada cultura histórica, compreendendo esta última como o modo uma sociedade – ou uma parte dela – lida com seu passado. (GOMES, 2007, p.14-15)

É nessa perspectiva que Ângela de Castro Gomes define como cultura histórica a relação que uma sociedade mantém com o seu passado e a cultura política como um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar. Assim: “como as culturas políticas são plurais, pode-se pensar em mais de uma cultura histórica convivendo, disputando, enfim, estabelecendo vários tipos de interlocução entre si e com a produção historiográfica em determinado período.” (GOMES,

5 Trecho extraído do site: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>; acessado em 10 de janeiro de 2015.

6 Expressão que representa um lugar comum hoje na França. Sobre essa discussão ver HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; CPDOC, 2006. p. 27

2007, p.49) A relação da sociedade com o passado encontra nos patrimônios culturais um elo e a possibilidade de diálogo entre o passado e o presente.

Barra do Pirai, município foco deste estudo, está na “Área II”, junto com Pirai, Pinheral, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes. Entre as 45 fichas de fazendas listadas na área II, 18 são de propriedades localizadas em Barra do Pirai. Além dessas, foi incluída uma fazenda que está localizada em Vassouras, mas na divisa do município com Barra do Pirai, estando sua referência e memória mais associada à cidade em questão deste estudo. Soma-se, então, um total de dezenove, as fichas foram analisadas a partir dos tópicos que as organizam e estruturam: **denominação; código; localização; município; época de construção; estado de conservação; uso atual/original; proteção existente/proposta; proprietário; situação e ambiência; descrição arquitetônica; detalhamento do estado de conservação; representação gráfica; histórico.**

Denominação, código, localização e município já foram estabelecidos no parágrafo acima. A **época de construção** de todas as fazendas remete ao *século XIX* de forma genérica, do total analisado apenas cinco relatórios trazem denominações diferenciadas, são elas: Fazenda São Joaquim das Ipiabas, *1820*; Fazenda da Floresta, *meados do século XIX*; Fazenda Monte Alto, *1875-1885*; Fazenda Santa Maria (Hotel Fazenda Arvoredo), *século XIX – 1858*; Fazenda Espuma, *início do século XIX*. A não padronização das nomenclaturas das datas pode ser entendida melhor com a leitura dos detalhamentos do estado de conservação e históricos.

O tópico **estado de conservação** direciona sempre o leitor para o detalhamento no corpo da ficha. O **uso atual** está colocado de forma mais variada, temos: uma fazenda em obras para atividades turísticas e criação de cavalos; uma com plantação de subsistência e criação de animais; duas como residência de veraneio; quatro com pecuária de gado leiteiro; uma com criação de gado de corte; uma como hotel fazenda; cinco como residência; duas como comércio; uma como abandonada; uma como agropecuária. Quanto ao **uso original**, todas eram fazendas de café.

Em seguida temos **proteção existente/proposta**, das dezenove, dez relatam “nenhuma”, sete relatam “nenhuma/ tombamento”, uma relata “nenhuma / tombamento estadual” e uma relata “tombamento estadual - provisório, 1978 e definitivo, 1987”. É interessante associar que única tombada é exatamente a que se encontra em estado de abandonando e em ruínas, a Fazenda do Pocinho, localizada em Vassouras, na Rodovia RJ 137, km 06, distrito-sede de Ipiranga, divisa com o município de Barra do Pirai.

Todas as fazendas são de **propriedade** “particular” e as fichas apresentam **situação e ambiência** e **descrição arquitetônica**, algumas possuem mais fotos, plantas antigas, imagens de acervo, porém, todas as fichas conseguem apresentar um panorama geral da condição da fazenda. Pela análise e resumo das informações do **detalhamento do estado de conservação**, chegamos a seguinte leitura: cinco estão em estado péssimo, três estão

em estado ruim, três em estado regular e oito em bom estado de conservação. Todas as fichas apresentam **representação gráfica** e apenas uma, a da Fazenda Bom Retiro, não apresenta **histórico**.

Os dados apresentados trazem a possibilidade de se esboçar um perfil desse conjunto patrimonial de Barra do Piraí. Primeiro, pelo número de fazendas de café na localidade, fica claro sua relevância histórica no período de produção cafeeira. Refletindo sobre os usos e estado de conservação, identificamos um quadro bem heterogêneo e complexo, há a evidência de usos variados e trajetórias marcadas pelo abandono e falta de preservação. Ao mesmo tempo em que temos uma fazenda tombada em ruínas, fazendas deterioradas, abandonadas, modificadas e adaptadas para subsistência, temos fazendas em bom estado de conservação sendo utilizadas como hotéis e com programação turística de luxo.

Esta heterogeneidade dos casos e o tópico **proteção existente/ proposta**, apontam para uma grande ausência de apoio e atuação das instituições públicas de preservação, o que permite verificar diversos contextos e realidades distintas. Verifica-se assim, que tanto o jongo como as fazendas de café encontram-se em processos que reivindicam apoio, investimento e valorização do patrimônio cultural. Entendemos que o campo patrimonial na contemporaneidade assume disputas e tensões:

Na atualidade, a área do patrimônio engloba um conjunto significativo de questões de ordem política, de relações de poder, de campos de força e âmbitos do social. Anteriormente alheio a essa prática, hoje o patrimônio toma em consideração questões relativas à propriedade intelectual, ao meio ambiente, aos direitos culturais, aos direitos difusos, ao direito autoral, ao impacto cultural causados pelos grandes empreendimentos, além dos temas já tradicionais, como aqueles que envolvem questões de urbanismo e uso do solo, expansões urbanas sobre áreas históricas decadentes, questão habitacional em áreas históricas urbanas e, principalmente, os limites que o tombamento impõe à propriedade privada. (CHUVA, 2011, p.152)

Assim, a eleição dos bens como patrimônio cultural de uma nação é uma operação política relevante para a consolidação de uma determinada história, memória e cultura comuns. (ABREU, 2007) Memória e cultura são conceitos fundamentais ao se tratar de patrimônio cultural e quando colocadas em diálogo possibilitam análises que contribuem para o entendimento das permanentes construções identitárias.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de toda a análise e reflexões apresentadas, buscamos caminhos para entender e ilustrar a construção histórica do Vale do Paraíba através dos patrimônios culturais de Barra do Piraí. A partir do conceito de segunda escravidão e de toda discussão historiográfica compreendida por ele, foi possível estabelecer um diálogo mais consistente com as estruturas sociais, políticas e econômicas fundamentadas no período imperial que

originaram o conjunto de bens patrimoniais que compreendem parte significativa da história da região.

É importante ter clareza de que não é possível pensar a história a partir de conceitos e uma lógica estática, precisamos sempre considerar as experiências sociais e os processos históricos. O passado assume significados diversos de acordo com os pontos de vista em questão e está relacionado aos valores que atribuímos a ele, valores relacionados ao nosso presente, por isso é indispensável analisar os contextos históricos. Como afirma E. P. Thompson: “todo significado é um significado-dentro-de-um-contexto e, enquanto as estruturas mudam, velhas formas podem expressar novas funções, e funções velhas podem achar sua expressão em novas formas.” (THOMPSON, 2001, p.243)

Assim, ao pretender associar bens materiais e imateriais numa perspectiva crítica sobre o campo patrimonial brasileiro e na defesa da ideia de um patrimônio cultural integral por meio da abordagem do jongo e das fazendas de café como parte de memória comum, salientamos os vínculos e laços existentes na história e na memória dos detentores dos patrimônios, pois entendemos que se estiverem unidos, juntos e não separados, podem ganhar mais força e trazer mais sentidos para a perspectiva histórica e para a construção de políticas públicas mais eficientes.

REFERÊNCIAS

ABREU, Martha. Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional In: ABREU, Martha, SOIHET, Rachel e GONTIJO, Rebeca. **Cultura Política e Leituras do Passado: historiografia e ensino de história**. Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____ e MATTOS, Hebe (orgs.) **Pelos Caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio**. Niterói: UFF. NEAMI, 2008.

ARANTES, Antonio Augusto. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, p. 5–11, 2005.

_____. O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda. *Resgate*. Revista de Cultura. Campinas: CMU/ Unicamp, nº. 13, p. 18, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção do imaginário do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 94–115, 1994.

_____. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FONSECA, Maria Cecília L. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005. 2. ed. rev. ampl.

_____. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. In: **O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial**. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4 ed, 2006.

_____. Para além da Pedra e Cal In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GOMES, Angela de Castro. “Cultura Política e Cultura histórica no Estado Novo”. In: Abreu, M., Soihet, R. e Gontijo, R. **Cultura Política e Leituras do Passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Faperj, 2007.

HEYMANN, Luciana. O “devoir de mémoire” na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro; CPDOC, 2006. 27f.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café”, em Grinberg, Keila & Salles, Ricardo. **O Brasil Imperial, v. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. & SALLES, Ricardo. “A escravidão no Brasil oitocentista: história e historiografia”, em MARQUESE, Rafael & SALLES, Ricardo **Escravidão e Capitalismo Histórico no século XIX: Brasil, Cuba e Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MATTOS, Ilmar Roloff. **O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo, Hucitec, 1990.

MELO, Ovídio de Andrade. **Reflexões sobre a História de Barra do Piraí. Crônica de minha família e minha formação nesta cidade**. 2010.

MUAZE, Mariana. **As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. “O Vale do Paraíba na dinâmica imperial”, em sítio eletrônico do INEPAC, 2010. (<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>)

OLIVEIRA, Luana da S. “Barra do Piraí ainda é terra de jongueiros”: patrimônio familiar e patrimônio cultural entre permanências e transformações do Jongo no Sudeste. Dissertação (Mestrado em História) – UFF/ICHF/Departamento de História, 2011.

_____. ‘Jongo no Sudeste’: direitos de memória e patrimônio imaterial. IN: ABREU, Martha e PEREIRA, M Serva (org.) **Caminhos da liberdade: histórias da abolição e do pós-abolição no Brasil**. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2011. E-book.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX: senhores e escravos no Coração do Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Nostalgia Imperial - Escravidão e Formação da Identidade Nacional no Brasil do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Editora Ponteio, 2013.

THOMPSON, E.P. Antropologia e História Social. In: **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

TOMICH, Dale. **Pelo prisma da escravidão. Trabalho, capital e economia mundial**. São Paulo: Edusp, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazonas 1, 5, 8, 12, 13, 134, 135, 138, 139, 140, 142, 146, 147, 148, 242

Ambivalência 64, 66, 68, 73

América Latina 11, 75, 95, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 248

B

Boi-bumbá 1, 2, 4, 7, 8, 9

Brumadinho 37, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 48, 50

C

Campo de concentração 100

Cidade 1, 7, 12, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 43, 45, 46, 47, 49, 89, 90, 91, 96, 97, 99, 105, 108, 109, 111, 115, 122, 123, 125, 126, 127, 129, 132, 144, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 172, 173, 174, 175, 219, 228, 234, 252, 258, 272, 274

Clero 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 261, 265, 266, 267

Cobertura 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 71, 101, 106

Coletivos 32, 34, 87, 88, 89, 90, 92, 96, 97, 98, 99, 142

Corinthians 87, 88, 90, 91, 94, 95

Correio Paulistano 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Crescimento populacional 23, 24, 170

Crônica esportiva 64, 65, 66, 67, 68, 73

D

Desenvolvimento rural 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Designação eletiva 14

E

Educação 1, 14, 20, 37, 39, 45, 48, 49, 68, 82, 92, 99, 103, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 118, 149, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 176, 177, 178, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 213, 214, 277, 278, 279, 280

Educação patrimonial 39, 107, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117

Emancipação humana 176, 178, 181, 183, 184, 198

Ensino de história 131, 176, 177, 178, 182, 187, 188, 203, 206, 207, 208, 209, 214, 280

Escola pública 176, 178, 183, 186, 187

Escolas práticas de agricultura 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

Espacio-tiempo 51

F

Facebook 87, 88, 91, 93

FAO 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157

Fundação Palmares 76, 77, 78, 80, 81, 83, 85, 86

Futebol 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 148, 158, 159, 160, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175

G

Geoprocementario 51, 53, 61, 62

Governo Federal 68, 76, 103, 164, 205, 207

H

História oral 134

I

Identidade 2, 8, 40, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 66, 69, 80, 89, 97, 98, 110, 111, 112, 120, 121, 132, 134, 137, 142, 147, 175, 185, 197, 204, 247, 258, 260, 278, 279

Inhotim 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Instituições 24, 76, 82, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 130, 151, 153, 176, 182, 189, 192, 195, 197, 198, 199, 208, 216, 218, 219, 220, 222, 223, 276

J

Juca Kfourri 64, 66, 68, 71, 74

M

Memória 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 70, 72, 90, 91, 107, 108, 109, 110, 118, 120, 121, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 146, 147, 148, 173, 175, 178, 213, 266, 269, 278, 280

Museu 37, 41, 107, 108, 109, 110, 112, 114, 115, 117

N

Nacionalismo 64

P

Parede 37, 38, 39, 40, 41, 47, 50

Patrimônio cultural 39, 45, 46, 48, 49, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 130, 131, 132

Política 6, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 26, 28, 29, 30, 33, 36, 47, 64, 65, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 80, 85, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 106, 120, 122, 123, 124, 128, 130, 131, 132, 136, 137, 141, 142, 157, 162, 165, 179, 184, 185, 191, 192, 198, 200, 208, 216, 217, 218, 219, 221, 222, 225, 251, 260, 262, 266, 270, 276, 279, 280

Q

Quilombos 110, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 276, 279

R

Reformas urbanísticas 23

Retrato 36, 37, 38, 41, 42, 254

Rio Andirá 134, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

S

Segregação social 23, 98, 166

Segunda escravidão 118, 119, 120, 124, 130

SIG 51

T

Teledetección 51

Trabalho 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 23, 24, 25, 27, 28, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 44, 71, 76, 83, 91, 100, 102, 103, 104, 105, 107, 108, 111, 115, 116, 119, 121, 122, 124, 128, 132, 133, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 171, 174, 175, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 213, 215, 216, 217, 218, 224, 235, 238, 251, 252, 253, 254, 256, 257, 279

V

Vale do Café 118, 121, 122

Z

Zumbi 76, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 276

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021

Historia:

Espaços,
poder,
cultura e
sociedade



🌐 www.arenaeditora.com.br
✉ contato@arenaeditora.com.br
📷 @arenaeditora
📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2021